

Pesquisar com pés plantados na terra: por um reflorestamento acadêmico

Lorena Santos Andrade¹

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0498-3890>

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9013-6352>

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto³

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5252-2666>

Resumo

A que(m) servem (nossos) saberes? É possível produzir conhecimento acadêmico que faça frente ao projeto neoliberal (re)colonizatório, civilizatório euro-hegemônico? Como resistir à (nossa) branquitude? Na peleja com essas perguntas, o artigo alinhava uma cantoria entre memórias e narrativas que transversalizam universidade, colonialidade, branquitude e monocultura do pensamento. De um assombro devastador, recobra-se forças pelo acompanhar a decomposição de folhas e galhos no rio da memória, a potência heterogenética de microrganismos em articulação, a recomposição de raízes e ramificações de uma gramática onírica de um Pindorama que insiste em brotar no cimento desses tempos.

Palavras-chave: Universidade; Conhecimento; Colonialidade; Branquitude; Resistência.

Abstract

What does (our) knowledge serve? Is it possible to produce academic knowledge that confronts the neoliberal (re)colonization and Euro-hegemonic civilizing project? How can we resist (our) whiteness? In the struggle with these questions, the article aligned a song between memories and narratives that transversalize university, coloniality, whiteness and monoculture of thought. From a devastating astonishment, one regains strength by following the decomposition of leaves and branches in the river of memory, the heterogenetic power of microorganisms in articulation, the recomposition of roots and branches of a dreamlike grammar of a Pindorama that insists on sprouting in the cement of these times.

Keywords: University; Knowledge; Coloniality; Whiteness; Resistance.

Citação: ANDRADE, Lorena; VASCONCELOS, Michele; LAZZAROTTO, Gislei. Pesquisar com pés plantados na terra: por um reflorestamento acadêmico. *Revista Estudos Aplicados em Educação*, v. 9, e20249542, 2024. DOI <https://doi.org/10.13037/reae.vol9.e20249542>

¹ Mestrado em Psicologia e doutoranda em Educação, ambos pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Sergipe – Brasil. E-mail: loresantxs@gmail.com

² Graduação em Psicologia (UFS); mestrado em Saúde Coletiva (ISC/UFBA); doutorado em Educação (UFRGS). Professora do Departamento de Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Educação da UFS. Sergipe – Brasil. E-mail: michelevasconcelos@hotmail.com

³ Graduação em Psicologia (PUCRS); Mestrado em Psicologia Social (PUCRS); Doutorado em Educação (UFRGS). Professora aposentada do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UFRGS. E-mail: gislei.ufrgs@gmail.com



Já passou da hora, refloresta!

*Manter em pé o que resta não basta
Que a motosserra voraz faz a festa
O jeito é compreender que já basta
E replantar a floresta*

[...]

*Manter em pé o que resta não basta
Já quase todo o verde se foi
Agora é hora de ser refloresta
Que o coração não destrói.⁴*

O cenário é, ainda e sempre, de guerra. Dentre as tantas, essa dá-se na universidade, nas políticas acadêmicas - de escrita, do que é considerado como pertinente à escrita acadêmica; do que é tomado como linguagem, como dado, como evidência científica; do que é culturalmente validado como ciência. Políticas acadêmicas continuam a guerra nos conhecimentos (re)produzidos, na cor de quem ocupa os lugares de saber-poder, num epistemicídio de ação continuada para erguer, de fora a fora, de dentro adentro, a grande muralha: 'a' história universalizada em nome do apagamento étnico-racial de diferentes povos ao redor do mundo, de suas línguas, de suas palavras, de seus saberes, de seus modos de vida, de seus gritos confinados numa garganta desalmada - para os guaranis, *ahy'o* ou *ñe'e raity* (como chamam garganta) significa literalmente "ninho das palavras-alma" (Rolnik, 2018, p. 28), apagamento de tudo o que, num 'primeiro' ato de inúmeras e reiteradas expropriações e apropriações, se convencionou chamar de Brasil.

A versão 'contemporânea' dessa história de embranquecimento é seguir a apropriação, exilando-se de sua branquitude (Bento, 2022). Interessa-nos desemaranhar algumas linhas dessa produção acadêmica e seguir seus efeitos em nós. Nesse tempo-espaco-político, antes que tudo se apague, é urgente somar-se às problematizações indígenas e negras, olhar o sangue derramado com que os (nossos) olhos se constituíram, fazer isso sem se esquivar de (nossa) branquitude. Esse é o risco ético: de apropriação étnico-racial, num extrativismo das teses negras e indígenas como se a academia não fosse branca. É hora de olhar no olho do racismo e ali encarar seus próprios reflexos. Racismo e humanismo são irmãos em fraternidade de intenções - tirar o sangue de alguns muitos -, colonizar-civilizar é sinônimo de humanizar-embranquecer, o que se traduz na lógica colonial-moderna-acadêmica de conhecer para controlar, para expropriar a natureza - dos vegetais, minerais, dos animais, das mulheres, das loucas, dos pretos e pretas, dos e das indígenas, das crianças.

Esse texto também corre esse risco. Arrisca corrê-lo. Escrito, não na grandeza, mas no menor do Brasil - a geopolítica racial também hierarquizada por regiões da cidade e do país, desenvolvendo e naturalizando a ideia do (corpo) nordestino como menos sabido, mais lento, mais preguiçoso, menos 'desenvolvido' -, não arreda o pé de encarar toda a devastação (ainda) realizada também pela academia, desde a academia, e tatear algum tipo de reparação. A reparação aqui tensionada vem da aposta numa ética de circulação generalizada da vida e dos vivos, não só os humanizados. Processualidade desejante, um devir-humano-no-mundo que passaria necessariamente por um devir-selvagem-do-mundo-humano.

⁴ Refloresta, composição de Gilberto Gil (2021).



[...] insurgir as manchas de sustentação de um ideal civilizatório e humano; manchas são flagradas pela língua louca do passante. O cimento e o concreto da cidade e da linguagem encobrem manchas de sangue, sangue que “era de outras épocas, outros povos, outras histórias” (Santos, 2023, p. 23), sangue que escorre dos corpos de jovens negros que tombam corriqueiramente nas periferias de nossas urbes. A palavra selva pinta de vermelho urucum nossos chãos pavimentados; a tresloucada palavra pisa no rastro avermelhado deixado pelos corpos. Por mais que se tenha esfregado, a marca vermelha da nossa história insiste, recusa-se a sair e adverte: Não mais! Não mais, como se nada tivesse acontecido. (Andrade, Silva, Carmo, Vasconcelos, 2024, p. 50).

Tal reparação exige uma outra aprendizagem: mais do que mudar de conhecer, mudar de sentir. Em vez de expropriação e apropriação, em vez da feitura de mundo por meio do sangue e dos fluidos de muitos, a experiência de mundo entre viventes. Essa reparação exige ter a coragem de ensaiar um desprendimento de quem somos – e do que nos tornaram – e experimentar uma outra composição, na barriga do monstro da academia. Mas, isso seria ciência? Uma certeza temos: não seria a ciência que se reitera pela bajulação de seu pai europeu:

A mãe do Brasil é indígena, ainda que o país tenha mais orgulho de seu pai europeu que o trata como um filho bastardo. Sua raiz vem daqui, do povo ancestral que veste uma história, que escreve na pele sua cultura, suas preces e suas lutas. Nunca vou entender o nacionalismo estrangeiro que muitas pessoas têm. Nós somos um país rico, diverso e guerreiro, mas um país que mata o seu povo originário e aqueles que construíram uma nação, que ainda marginaliza povos que já foram escravizados e seguem tentando se recuperar dos danos. O indígena não é aquele que você conhece dos antigos livros de história, porque não foi ele que escreveu o livro, então nem sempre a sua versão é contada. Ele não está apenas na aldeia tentando sobreviver, ele está na cidade, na universidade, no mercado de trabalho, na arte, na televisão, porque o Brasil todo é terra indígena. Sabe aquela história de que ‘sua bisavó foi pega no laço?’ Isso quer dizer que talvez seu bisavô tenha sido um sequestrador, então acho que você deveria ter mais orgulho do sangue indígena que corre em suas veias. A mãe do Brasil é indígena⁵.

A ‘gente brasileira’ sonha em conhecer a Europa, antes mesmo de conhecer os seus povoados, as cidades, os povos da própria região, quicá do país ou continente. No próprio país, faz-se de estrangeira, importando cultura, língua, modos de vida. Enquanto isso, mata aquele que é seu próprio povo - os originários dessa terra -, assim como também o fazem aqueles que construíram isso que chamaram de nação. É o país que nunca repartiu, muito menos reparou. Ainda assim, insiste em perpetuar ‘a’ história desse pai europeu, mesmo sabendo que sua existência é decorrência de um estupro, de uma expropriação. Enquanto isso, a mãe segue sendo violentada. Ainda que grite, segue não sendo escutada.

Esse texto insiste no cultivo dessa escuta feminina e feminista, uma escuta de corpo inteiro, que se faz com os pés plantados nessa terra avermelhada; uma escuta que refloresce do desejo de acolher o grito confinado no ninho das palavras-alma. Essa escuta esforça-se em acompanhar os ecos de uma língua em fogo, que faz arder a história europeia do Brasil com memórias-labaredas de Pindorama aqui-e-agora; uma escuta que deseja fabular uma análise-abertura das formas constituídas, por meio da passagem e das passantes. A marca vermelha da nossa história recusa-se a sair, insiste e adverte: não mais! Não mais como se nada tivesse

⁵ Texto de Myrian Krexu (indígena da Nação Guarani Mbyá), proclamado no Acampamento Terra Livre em 2019. Compõe o episódio 2 da série Maracá, na voz de Maria Bethânia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w3ciHZgzhVw&t=310s>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.



acontecido. Não iremos reiterar apagamentos em nome dessa história da colonialidade⁶ patriarcal; não iremos performar o corpo da mulher natureza do patriarcado, silenciada, recatada, resignada. Somos as putas que abortamos o estado neoliberal racista e seu corpo, dos nossos corpos (Ribas, 2019). Assim, florescemos. Deixem-nos passar!

“Antes que se apague, territórios flutuantes”⁷, estuários acadêmicos

No dia em que você, universidade, aprender que não sabe e topar aprender as línguas indígenas – em vez de ensinar –, assim como a arquitetura indígena, para que servem as plantas da caatinga, do sertão, do cerrado, do pantanal, se dispuser a aprender como aprendemos um dia com vocês, aí terá uma confluência. Uma confluência entre os saberes. [...]. Uma contracolonização.
(Bispo, 2018, p. 09)

Essa escrita não se faz em branco. Ela pinta-se de vermelho urucum, deseja-se estuário, espaço de passagem e confluência entre mulheres em trânsito, transe e transição na academia e mulheres de comunidades tradicionais (algumas também na academia⁸), um (a)braço de mar, saberes afluentes, saberes feitos e efeitos de encontros, saberes sensíveis à força do encontro entre mulheres, suas terras, seus territórios, seus corpos. Escrita-estuário. O sentido geográfico da palavra estuário diz de um braço de mar que se forma pela desembocadura de um rio; um ambiente aquático de transição entre um rio e o mar, apresentando fortes gradientes ambientais, desde águas doces próximo da sua cabeceira, águas salobras e águas marinhas. O estuário é a embocadura larga de um rio, sensível ao efeito das marés. É uma área de transição entre a terra e o mar, entre água doce e salgada.

Nossas letras acontecem próximas à desembocadura desse rio de água viva que insiste em se fazer nascente em meio a tanta destruição e matança. Escrita-gesto de Iemanjá a devolver para a areia os dejetos poluentes; a colocar espelhos à beira mar, para que os homens embrutecidos, que almejavam invadir, possam se ver refletidos e, assim, com medo de si próprios, desistirem da expropriação. Ao som das águas correndo, verte-se uma narrativa-encruzilhada entre memória e esquecimento, movida pelo encontro com a obra de Leda Maria Martins (2021) que transmuta quem nos tornamos ao oferecer uma sabedoria para contemplar a temporalidade que nos molha. Na parada entre o curso de como escrever, as palavras vacilam, sentimos a pulsação dessa terra.

Sergipe é terra indígena. O Nordeste é terra indígena. O Brasil é terra indígena. A América Latina é terra indígena. A luta dos povos indígenas não é por suas vidas, humanas, humanizadas, por essa vida a que, aos brancos, é vida individual, individualizada, individualizante. “Não conheço nenhum sujeito e nenhum povo nosso que saiu sozinho pelo mundo. Andamos em constelação”. (Krenak, 2020a, p. 39). Não há saída individual, não há

⁶ O período colonial não se encerrou com a ‘independência’ das colônias. Toda uma geopolítica e economia colonizatória racista da expropriação territorial e corporal, da miséria e brutalismo modula-se, permanecendo em funcionamento, em pleno vapor. A modernidade é colonial, a economia neoliberal é colonial (Mignolo, 2017).

⁷ Título da exposição ocorrida na Fundação Iberê Camargo, de maio a junho de 2022, de um conjunto de obras do artista gaúcho Xadalu Tupã Jekupé. As obras fazem refletir sobre a grande catástrofe socioambiental em curso desde 1500, apagamentos dos povos, das culturas, dos modos de viver indígenas.

⁸ Aqui nossa saudação às nossas intercessoras, mulheres nordestinas, sergipanas: Boyrá Boyaá do povo Kalankó, Carleane Soares, pesquisadora indígena, doutoranda do PPGED/UFS; e Elienaide Flores, mulher marisqueira, pedagoga da terra, grande articuladora de redes de mulheres, integrante do Movimento sem Terra, do Movimento de Marisqueiras de Sergipe e da equipe do Observatório Popular de violências, pela vida de mulheres de comunidades tradicionais de Sergipe, que tem abrigo institucional na Universidade Federal de Sergipe.



possibilidade de revolver nossa terra com sonhos enxadas que não seja coletiva. Ensinam e alertam as ancestrais e as mais velhas indígenas e marisqueiras, menos aderentes à vida do empreendimento capital: a vida das mulheres é fluxo, formigueiro, constelação, mangue, nascedouro; a vida é floresta, rios, mar, terra, céu, animais, vegetais, humanos. Vidas em composição heterogenética que se gestam pela associação entre elementos heterogêneos que fazem curva, relevo, buracos no plano de homogeneização colonial.

Escrita-entrelaçamento entre o que aparece e desaparece, o que é visto com os olhos abertos e com os olhos fechados. Escrita-memória onírica, entre realidade e sonhos, tomados como presença viva, como assinala Cauê Alves⁹, espaço-tempo de encontros entre raízes e ramificações, sonhos-transmissão e invenção de saberes. Escrita-desembocadura que sonha com histórias que seriam silenciadas pela academia colonial, para se tornarem dados de pesquisa científica. Escrita-semente que possa germinar uma vida que pulsa sob o concreto da cidade universitária. Escrita-árvore que, quem sabe, tenha a força de rompê-lo pela semente de todo um ecossistema de pensamento que se dê na contramão da monocultura acadêmica.

Nosso narrar em letras é feito do convite para olharmos para nossos pés, fincados nessa *terra brasilis*. Como disse o mestre Nego Bispo (2018, p. 03), “o conhecimento colonizador não faz curvas”. Com os pés plantados nessa terra, (nos) curvamos pelo cultivo de uma teimosia crianciera, uma alegria cirandeira, uma insistência no encontro; pela encantaria das esquinas, das matas ao fundo das ruas sem saída, dos ebós que anunciam encruzadas na urbe; pelo encontro com viventes das bordas, a fazer passagens, a dar passagem mesmo ali onde não se tem direito de ir e vir. Com os pés plantados na terra, fazemos pesquisa, cavamos buracos na linearidade, contamos histórias que dizem tanto de nós, mas só as conhecemos graças aos livros vivos em letramento nas aldeias, quilombos, terreiros, à vida *pen-drive* das marisqueiras¹⁰ e seus corpos-cheiro de mangue. Produzimos saberes acadêmicos populares, em composição com mestras e mestres dos territórios e comunidades que acompanhamos, com as mulheres com quem fazemos articulação desde a academia, corpos-territórios-confluência que nos semearam, que trazem o cheiro de gente da *terra brasilis* para a vida acadêmica, arejando-a.

Com os pés afundados na lama da vida, fazemos estuário: território-encontro de mulheres acadêmicas e de povos e comunidades tradicionais. Desde o território da pesquisa, somos guardiãs de uma espécie de ecossistema de encontro entre mulheres, entre saberes; nascedouro de palavras que podem agora escoar; água salobra, rio, maré, terra avermelhada, raízes em ramificações. Escutamos os sons das águas, da terra em transe, dos ventos. É assim que se gestam nossas análises da conjuntura acadêmica. Transmutações vitais, saberes cheios de labuta de pés com calos de caminhada. Pés que, submersos na lama viva, são movimentados por sedimentos de história recentemente misturados com detritos orgânicos, de natureza, de folhas, galhos, águas de rio e de mar, território-corpo berçário de vida acadêmica.

Educação! Que educação?

O projeto colonial não é plural, muito menos laico. Vá até um pequeno povoado, uma comunidade e lá, certamente, haverá uma igreja (cristã) e uma escola. Catequizações e escolarizações são projetos de civilização branca (Veiga, 2002), tornam os viventes originários

⁹ Curador da exposição que dá nome a essa parte do texto.

¹⁰ Num evento da Universidade Federal de Sergipe, no ano de 2018, numa mesa composta por pesquisadoras acadêmicas e mulheres marisqueiras, após a fala de uma professora aparelhada por *powerpoint*, efeito de um *pen-drive* plugado ao computador, foi a vez de uma marisqueira se colocar. Ela iniciou sua fala do seguinte modo: “*Não tenho pen-drive, mas tenho minha vida. Meu pen-drive é a minha vida!*”. Essa mesma mestra popular, protetora dos maiores mananciais de oxigênio que são os manguezais, disse uma vez: “*Se o mangue morre, nós marisqueiras morremos junto. Meu corpo é mangue, tem cheiro de mangue*”.



dessa terra o outro a ser humanizado - e, portanto, carente do mesmo: cristo, poder, salvação, capital, universal, *Alguém*, civilizado, cidadão, sujeito aos valores europeus. “O índio” era o outro, chamar-lhe de brasileiro era, em um só tempo, fazê-lo ‘homem’, estrangeiro de suas próprias gramáticas de vida.

Primeiro fincava (na terra) a cruz, em seguida, encarregava-se de tornar ‘os daqui’ estrangeiros, *Alguém*. Mas estrangeiro não diria sobre quem chega, que não é dali e que, geralmente, está de passagem? Estar na própria língua como um estrangeiro não foi e não é estratégia de resistência para os povos indígenas e os negros que foram sequestrados para essa terra. Estar na própria língua como estrangeiro foi e é estratégia brutal de sujeição, extração, extermínio. Tomar-lhes de assalto justo seus nomes, parece mero detalhe? Quem diz, dita o nome? Por exemplo, como se deu aqui, durante a invasão, os portugueses, de pronto, impuseram civilizada e violentamente a esta terra o nome de “Índia”, já que era o que procuravam. Logo, para eles, aquelas pessoas eram “índios”. Quando viram que aqui não era a Índia, o nome mudou, mas o nome índios ficou. Por que seguir chamando os povos originários desta terra de índios? No Brasil de hoje, qual é mesmo uma das funções dos Cartórios no que diz respeito ao registro de pessoas, se não selecionar e controlar quais nomes são registráveis ou não, quais nomes são mais portugueses, ingleses - europeus - ou não? Ainda hoje é negado a pessoas indígenas serem registradas com os seus nomes em suas próprias línguas, obrigando-as a terem nome de branco. O projeto colonial segue seu curso, do Brasil de ontem ao Brasil de hoje.

Dos povos originários dessa terra, tiraram-lhe suas línguas, assim como seus territórios, suas vidas, cobriram seus corpos, demonizaram seus ritos e rituais, tudo em nome do hasteamento da bandeira da “ordem e progresso”, do tal (des)envolvimento moderno civilizatório, humano. Com quantas violências se faz uma nação e um corpo humano, brasileiros? Com quantas mortes se faz “ordem e progresso”? “Oh senhor cidadão, eu quero saber, eu quero saber: com quantos quilos de medo, com quantos quilos de medo se faz uma tradição?”¹¹. Com quantas toneladas de corpos, qual a dimensão da matança?

Não podemos nos furtar à educação e cidadania do povo brasileiro. Dizem que se trata de uma “educação para transformação”, frase que se tornou *slogan* do projeto civilizatório que nos encontra na América Latina. Transformar gente de todo tipo e de todo canto em humano branco, indivíduo, matéria-prima, alma-empresa do capital. De que educação, de que transformação se trata quando se instaura, por meio dela, o esquecimento de onde viemos, desmatando imaginários, devastando memórias vitais de nosso povo? Um educar para a ordem e o progresso capital, rumo à civilização e ao (des)envolvimento. Um transformar que considera apenas a história do colonizador, ceifando os modos de vida dos povos da terra, das águas, das matas. E, assim, florestas transformam-se em jardins europeus muito bem podados. A lógica é da poda rumo ao (des)envolvimento promovido pela modernidade. Sejamos modernos, jamais o seremos!

Como bandeiras de um templo budista, a espalhar preces ao mundo, memórias ao vento. Certo dia, num bairro da periferia de Aracaju-Sergipe, avisto¹², assombrada, crianças brincando, montando uma cena de estupro. O que é preciso para sobreviver a isso? Se não é a transformação acima assinalada, a que nos impele à montagem reiterada da terra *brasilis* e da mulher do patriarcado a ser estuprada, alguma (des)montagem parece fundamental. Entre o terror e a alegria, desejamos, devimos-mulher, transmutamos o desejo de viver uma vida, uma humanidade, uma mulheridade outra.

¹¹ Canção e composição de Tom Zé, no disco “Se o caso é chorar” de 1972.

¹² Nesse texto, toda vez que se tratar da matéria de memória de uma das autoras, usaremos a primeira pessoa do singular.



Tensionamos a disputa do que é considerado conhecimento e a luta pela ocupação dos espaços acadêmicos por pessoas de povos e comunidades tradicionais, não porque os saberes, as ciências desses povos precisem de legitimação científico-acadêmica, mas porque consideramos que a vida universitária precisa desses saberes para reflorestar seus solos áridos e secos, repletos de corpos mortos ambulantes. Quem sabe assim, ela efetive algum grau do proclamado ‘compromisso social’. Pois bem, uma das intenções aqui é avexar essa educação, fazer curvas: criar espaços-tempo e conhecimentos acadêmicos que deixem de servir aos interesses dos “cabeças secas” - é assim que alguns povos indígenas do Nordeste se referem aos brancos mantenedores da lógica exploratória de expropriação genocida colonial. Que essa lógica seque, como as suas cabeças.

Eis-nos aqui, na educação, para disputar mundos, modos de olhar e de (con)viver, para puxar fios das múltiplas histórias vivas na oralidade, das mais velhas às mais novas, que tendem a ser sobrecodificadas, deslegitimadas e domesticadas rumo ao esquecimento. Estamos aqui para contar histórias, antes que elas se apaguem. A caravela recolonizadora dos senhores da civilização não custa a vir.

Memória-garganta. Quando pequena, entre sete e oito anos, fui inocentemente entoar cânticos de reisado do povo sergipano no Sudeste, em Niterói, cidade do Rio de Janeiro, onde nasci. “*Marinete nova do pneu azul, quando for me leve lá para Aracaju*”. Isso aconteceu nas férias com a família paterna. A acolhida da cultura popular sergipana encarnada na apresentação de menina foi feita zombarias. Na terra *brasilis* falar em epistemologias do sul parece esquisito, quando o povo do norte e nordeste é que são o alvo máximo da matança.

Por isso, a teimosia dessa pesquisa: abaixar-se, escutar, contracolonizar na academia por meio da memória vital de histórias nordestinas, *encanterias* das anciãs, dos saberes da terra, das florestas, dos terreiros, das águas. Estamos escrevendo, nós e um bando de gente, humanos, animais, vegetais e encantados, com/por cicatrizes, marcas, linhas curvas de revolta à colonialidade que insiste em se apropriar das (nossas) vidas. Como dissemos, o mundo não vai mudar, a destruição deu-se há muito e segue seu curso. Enquanto isso, dançamos, cantamos e contamos histórias, eis nosso modo de resistir em germinação contracolonialista, desaprendemos com o velho Nego Bispo, que se encantou em 2023.

O que é chamado de cultura, nós chamamos de modo de vida. [...] Nós escrevemos pra dizer: ‘academia, nós enxerga o mundo desse jeito. Vocês enxergam de um jeito, nós de outro. [...] O povo da academia diz que o nosso saber é um saber popular, saber empírico, mas não é um saber científico. Pois eu vou dizer diferente: o saber de vocês é sintético e o nosso saber é orgânico. Aí se precisa fundamentar, eu vou dizer: o saber orgânico é o saber que nos envolve. E o saber sintético é o saber que desenvolve, é o saber do ter. [...] Como é que você desenvolve? Desconectando, tirando de. [...] O saber é uma eterna pergunta. [...] Eu fui criado no colo da comunidade. Todas as noites, os mais velhos e mais velhas diziam: “sente aqui, escute nossa conversa. Não pergunte nada, só escute”¹³.

Memórias ancestrais acompanham a *escrevinhança*, quando os pés movimentam a roda de cirandar. Escutando, talvez assim possamos (des)montar o corpo da branquitude soberba, corpo engessado de roupagem academicista, corpo que chega hipertrofiado por teorias e hipóteses-respostas que buscam dizer dos territórios antes que os territórios e viventes digam por si. Pois bem, que corpo-língua se pode inventar nessa confluência entre saberes populares

¹³ https://www.google.com.br/search?scas_esv=ef4cce493f4bbe75&q=n%C3%A0go+bispo++karl+marx&tbm=vid&source=lnms&sa=X&ved=2ahUKEwiJoYjew5-FAxVtrZUCHaXGBvU. Vídeo “Nego Bispo, Trajetórias”, filmado em setembro de 2022, no Quilombo Saco do Curtume em São João do Piauí. Acessado em 31 de março de 2023.



e conhecimentos acadêmicos? Que língua daria corpo e território? Que língua pode resistir ao pacto, acadêmico?

Memórias-Narrativas: Conhecer, perder-se, escrever

De corpo virado, dobraremos a esquina da linearidade acadêmica. Escrita de corpo a corpo, feita com pés bem plantados e adubados, escrita-corpo. Escrevemos com palavras descalças, incorporadas de memórias e histórias vivas, desenhadas, narradas e cantadas numa ciranda de *dizências* que nos acompanham, fazendo curva nos caminhos retos indicativos de corpo (neutro-branco) de pesquisadoras sem ginga e sem confluência. Nesse descompasso corporal, tateamos caminhos, incorporações, companhias para fazer pesquisa com pés, ouvidos e garganta plantados no chão de Pindorama, pulsando com essa terra.

Vivemos a experiência de um desaprender e desprender acadêmicos como modo de confluir um campo de problematização. O tateio é de um pesquisar-contracolonizar num solo adubado de memórias-narrativas que contam como persiste este campo problemático que nos move: colonialidade e branquitude, exigência de reparação, aposta ética da confluência, na encruza entre os verbos conhecer, cismar e escrever.

C-o-n-h-e-c-e-r

Sobre os indígenas, assim foram as histórias que conhecemos, sobre eles, nunca com eles. Eram as lendas, o folclore, as histórias vestidas de exotocidades. A cada abril, vinha uma coisa diferente, mas que dizia do mesmo lugar: maquetes com ocas feitas com argila, crianças vestidas ao modo como reproduziram ser Saci, Curupira, Sereia, ‘Índio’. O modo como eram contadas as ditas lendas não dava margem para pensar suas vidas e histórias perto de nós, em nós. Nas escolas da Aracaju de hoje, em abril, algumas etnias indígenas são convidadas a ir ali se apresentar. Observamos um hiato entre as culturas, “índio” entendido como pobrezinho que se deve ajudar comprando seus artefatos exóticos que podem servir como brinquedos, descartáveis.

Em 7 de setembro, qual de nós não ouviu falar de uma tal independência do Brasil a partir de uma glorificação da invasão dada com histórias de ‘descoberta’, que veio para desenvolver e civilizar? Vejam que ‘história para boi dormir’: brancos europeus se reúnem para decidir o que fazer do restante do mundo, chegando à definição de que eles são os humanos, legítimos, enquanto os outros povos são selvagens. Humano dito evoluído dentre os outros bichos, propondo a racionalidade para (des)envolver e domesticar a selvageria. Enquanto isso, não aprendíamos a história que vivíamos em nossas cidades, por outro lado, já sabíamos onde era a Europa no mapa, tínhamos aula de inglês e éramos alfabetizadas nas duas línguas colonizadoras.

Enquanto aprendíamos o português, éramos ensinadas que a maneira como nossa mãe, avós e avôs falavam era errado – um jeito matuto e ‘com sotaque’. Escolarizadas e alfabetizadas, tínhamos como dever domar aquela língua, falando como os civilizados da tv globo. De maneira ‘politicamente correta’, agora, nas escolas, utilizam-se os termos ‘escravizado’, ‘indígena’, e até não se pode falar mais, em algumas, de ‘descobrimento’, contudo, nas aulas de geografia, a ideia de (des)envolvimento, de economia neoliberal, e de urbanização são glorificadas, montando corpos consumidores com suas almas-empresa empreendedoras. Mais do mesmo: associação entre capitalismo e extrativismo. Pois bem, uma coisa cedo aprendemos: conhecer aquilo perto da gente pode ser deveras perigoso para aqueles que se beneficiam do que entendem como “recursos naturais”, que para as viventes do território são vidas coabitantes.



Memória-tupi. Vivíamos ao pé da Serra da Miaba, quase nunca subíamos lá, mas a todo tempo nos relacionávamos com ela. Ela era nosso horizonte. Quando criança, acreditava que a China ficava atrás da Miaba, uma vez que aquele era o mundo que eu conhecia e, como diziam que do outro lado do globo estava a China, era o que eu imaginava. A Serra da Miaba é composta por algumas três montanhas mais altas e outras menores que vão se diluindo no horizonte. Nas três maiores, víamos rostos, olhos, bocas, víamos expressões que mudavam de tempo em tempo. Caminhando por todo o povoado, é possível ter a vista da Miaba, a relação com ela é cotidiana. Quando algum grupo do povoado subia a serra, todos sabiam. Nunca havia perguntado o significado de seu nome. Foi só quando fui para longe que senti a necessidade. Vem do Tupi *Mbiaba*, que significa “a prisão” ou “o esconderijo”¹⁴. A Miaba era esconderijo ou prisão para quem? Quem conta essa história?

O que pode acontecer com um povo que conhece as histórias de resistência e luta dos que vieram antes, em vez das histórias que glorificam a colonização como salvação e a civilidade como evolução? Somos crianças demais para conhecer a violência da escravização colonial, mas não para ouvir as histórias dos colonizadores como “salvadores” de povos negros e indígenas visto por eles como ‘primitivos’, ‘selvagens’. Diz Edward Taylor, um dos primeiros antropólogos: “os selvagens são extremamente ignorantes tanto no conhecimento físico quanto no moral: a falta de disciplina torna as suas opiniões grosseiras, a sua ação tremendamente ineficaz” (Narby, 2018, p. 19). Roubaram de nós a possibilidade de conhecer as histórias de resistência dos povos indígenas e africanos e das violências dos europeus, isso foi proposital. Os cabeças secas nos querem sem memória, mas nós desejamos-resistimos pelo memoriar como um rio vivo e caudaloso, a fabular um povo de Pindorama. Essa é a nossa ação mais eficaz e nossa posição mais suave: aninhar uma memória-selvagem como resistência à expansão do projeto (des)envolvimentista colonial.

Como já dissemos, preferimos embarcar num devir-animal do mundo a seguir engolindo essa história bem humana. É chegada a hora primeira, primitiva, de uma escrita gutural e visceral: não mais como se nada tivesse acontecido ou que o acontecido pudesse se apagar ou se justificar facilmente, civilizadamente ou em nome do progresso civilizatório. Escrevemos na confluência com essa língua outra, selvagem: é brutal, é brutalismo esquecer, não reparar. Não esqueceremos!

P-e-d-e-r-s-e

Memória-fumaça. No processo de aproximação com a aldeia indígena do povo Kariri Xocó, numa busca por algum entendimento da ancestralidade que me compõe, como também dos tons, sons, sabores, relevos e vozes de Pindorama a partir dos originários daqui, me vi alguma vezes anuviada com um modo de pensar do colonizador que eu via na escola, na televisão em propagandas, na igreja católica. A terceira vez que estive na aldeia foi para uma pajelança de iniciação no instrumento do *pawi* e na ciência do fumo (ou tabaco). Numa noite de lua e céu estrelado, ao entorno de uma fogueira, o pajé narrava detalhadamente o sentido para seu povo do *pawi* e do fumo, passando pela feitoria do *pawi* por algum parente com manejo para tal arte, assim como quais árvores daquela região são propícias para cada parte do *pawi*. Nos contava o que para ele precisávamos saber naquele momento, sobre a ciência do fumo, assim como por que o fumo e não outra planta, numa mistura avivada pelos elementos água, ar, fogo e terra.

Fora dali, havia conhecido o fumo por cigarro, e o *pawi* por cachimbo, e fui ensinada a manter distância de ambos. Ali na aldeia aprendia sobre o *pawi* como instrumento de

¹⁴ Disponível em: <https://www.blogprimeiramao.com.br/serra-da-miaba-um-patrimonio-natural-no-agreste-sergipano/>. Acesso em 19 de mar de 2024.



comunicação, numa encantaria com a medicina do tabaco para levar as intenções através do ar para o grande espírito. A instrução foi precisa: a fumaça não se prende, não se guarda dentro do corpo, a fumaça é soprada junto com o que quer dizer/comunicar. Enquanto ouvia o pajé, sentia meu corpo se *bulinar*. O que me tinha sido ensinado sobre os malefícios do tabaco explodia ali no (meu) corpo, sentia minha pele romper e esticar, uma criança relacionando-se com o que aviva o corpo. Em cascata, vinham memórias de minha avó mastigando fumo ao menos duas vezes no dia e só depois saber que ela havia cachimbado; memórias das vezes que fui ao terreiro e via os pretos velhos fumando e cuidando das pessoas com a fumaça do cachimbo.

Minha avó cachimbava e usava o fumo para rezar. Quando eu era pequena, tinha muita dor de barriga e minha avó sempre rezava para a dor passar. Ela também pisava o fumo e passava na nossa barriga para tirar a dor. [...] O fumo também serve para dar para a Caipora. Se não der o fumo, o caçador se perde nas matas (Pataxó, 2022, p. 68-69).

A colonialidade cotidianamente tenta adestrar coisas, sentidos, imaginários, mas as memórias são contracolonizatórias, selvagens, indomáveis, elas passam como a fumaça. A partir daí, “aprendi a não perder nenhuma chance de me perder” (Brum, 2021, p. 16).

[...] desestruturar-se é arriscado, porque uma vez que acontece não há retorno. Significa que você já não pode se conformar a uma estrutura de pensamento único. E com isso, jamais voltará a se sentir confortável, talvez nem mesmo poderá voltar a ser coerente. Você se descobre desformado. Antes, você estava deformado pela forma. E então você se desforma, mas você não é um bolo. Desformado você pode se transmutar em múltiplas formas, e isso é incrivelmente assustador (Brum, 2021, p. 15).

Perder-se convoca o corpo, lesiona a certeza, puxa o fio do laço e ata um nó alojado na garganta do mundo, o de posicionar-se frente ao pacto: colocar em análise o conhecimento racializado produzido na universidade e propagado nas linhas de produção da escolarização, romper com a lógica colonial torna-se inescapável. Quando olhamos no olho do racismo e nos vemos olhadas por ele, constituídas pela escolarização monoteísta eurocristã, há que não perder nenhuma chance de nos perdermos, gaguejar *dizências* e *reminiscências* outras, não temer reticências, os silêncios que precisarmos habitar e as solidões que carecermos povoar, mistura entre confluência e abandono. O que acontece se assumirmos o desconhecimento sobre o outro, então, também sobre nós, se experimentamos a passagem, a abertura do corpo pele do mundo, outros jeitos de dizer, de ritualizar, outros fumos, outros mundos?

Não há um cosmo já unificado, um mundo único. O fumo do cigarro não é o mesmo que o do *pawi*. Outras vidas, línguas, cosmovisões, políticas fazem mundos e saberes diversos, divergentes. Elas têm suas próprias sabedorias, espiritualidade, manejos com plantaço, saúde e adoecimentos. Desde a universidade, se pretendemos que essas diferenças façam diferença no modo com que são consideradas, o conceito de política passa a ganhar algum adensamento, alguma curva: não mais controle de vidas e, sim, manifestação da vida. “Uma política de fazer mundos, [...] preocupada com os processos pelos quais um mundo se realiza ou é tornado existente” (Blaser, 2018, p. 23).

Mas, haveria alguma possibilidade dessas diferenças - cigarro e *pawi* - confluírem? Como isso pode ser possível? Como confluir ciência e saberes populares? Diante da co-presença de diferentes composições de mundo, fazer presente a divergência, manter o problema, sem sobre-codificação sob a ideia de comum? Tomar o “mundo comum como resultado possível,



em vez de ponto de partida” (Blaser, 2018, p. 18). “Manter aberta a pergunta a respeito de quem e o que pode compor o mundo comum” (Blaser, 2018, p. 18).

Múltiplas formas de fazer mundos podem coexistir, mas o que usualmente se dá é uma interrupção, uma exclusão, uma hierarquização, uma invisibilização. Quando não é possível singularizar as multiplicidades que estão em questão, a composição de um mundo comum, segue sendo apagamento. Blaser (2018, p. 37) assinala um modo de reparação pela manutenção do incomum dos mundos. Ele cita a ideia de tradução como “equivocação controlada” defendida por Viveiros de Castro: “o que se deve manter em primeiro plano, quando se traduzem dois termos diferentes é, precisamente, sua diferença (Idem, p. 38).

Em outros termos, a composição do comum entre mundos, ou do que se convencionou chamar de mundo comum, só deve se dar, segundo Blaser (Ibidem), agora na companhia de Isabelle Stengers, “na presença das vítimas, não porque estas devem estar de acordo, mas sobretudo porque os que concordaram em avançar com os termos do mundo comum ‘têm que saber que nada poderá apagar a dívida que vincula sua eventual decisão a suas vítimas’ (Stengers 2014: 39)”. “Tradução em solidariedade. A tradução comunizante torna a tradução um ato de solidariedade, não de fidelidade ou lealdade [...] serve para insistir que a tradução é feita por muitos, e não por poucos¹⁵”. Os magnatas da razão, mandantes da política razoável, estão dispostos a perderem-se, a deixar a decisão dos termos às vítimas da colonização de ontem e da colonialidade de hoje?

E-s-c-r-e-v-e-r

Memória-canto. Das últimas vezes em que estive na aldeia, aprendi a escutar passarinhos, a me comunicar com eles, a entender o que eles dizem. Voltei para a cidade e passei a ouvir diariamente um passarinho que meu vizinho mantém enjaulado a expressar um som abafado, entalado de lamento e sofrimento. Sinto minha garganta embargar num nó, sentir meu corpo encurralado. Há dias que o som do passarinho ecoa dentro de mim sem ele nem abrir o bico. Desde então, não passo ilesa por um canto. Os ouvidos procuram, o corpo vibra, ressoa, responde. Essa relação com os passarinhos tem escancarado que “vida e corpo escapam das palavras – ou palavras não dão conta de abarcar vida e corpo. Essa é a condição permanente de quem conta, seja pela escrita, seja pela oralidade” (Brum, 2021, p. 301). As palavras que aprendi não dão conta de entender, ressoar, responder ao canto dos passarinhos. Como inventar palavras passarinhoas?

“Escrever é um ato de corpo e no corpo” (Brum, 2021, p. 93). As palavras, assim como tantas outras *dizências*, línguas, cantos, cirandam no corpo. Uma ciranda encarnada em gestos, atos e memórias. “A escrita é muito de um muito” (Brum, 2021, p. 88). Se costuma ser utilizada como ferramenta de epistemicida, propagadora de um modelo de intelectualidade antropocêntrica e eurocêntrica, destruidora de viventes e de suas narrativas orais, envenenadora de corpos-rios, árvores, pássaros, pedra, há que contra-escrever. “O que no corpo e na voz se repete é uma episteme” (Martins, 2021, p. 150). Se há escritas que atrofiam o canto, que tem cheiro de morte, que são a própria morte, se há livros e escrituras que são um cemitério de povos e histórias que viviam sendo sopradas aos quatro ventos e empaladas num canto de passarinhos, há que se arriscar outras *dizências* e disputar sua validação acadêmica. Há que se posicionar: Não mais, estar lá para escrever aqui, como analistas, especialistas da vida alheia! Mas como escrever, então?

Memória-louca. Na posição de apoiadora institucional de um Centro de Atenção Psicossocial da cidade de Aracaju, enquanto me dirigia à reunião de equipe técnica, uma usuária

¹⁵ Verbete *Translation*. Disponível em: <http://glossary.mg-lj.si/referential-fields/commons-solidarity/translation-3?hide=21>.



de serviço, em crise, me aborda: “O que você vai fazer nesta reunião? Eles ficam a tarde toda falando da vida dos outros”. **Memória-bancária**. Em uma banca de qualificação de trabalho de dissertação, ouvimos as três aterrorizadas: “Mas o que há de mal na civilização? Que bom que fomos civilizados”. Concordando e ao mesmo tempo discordando de pareceres anteriores, a fala segue: “Esse texto é sim bonito, também não tive dificuldade para ler. Mas não é um texto acadêmico. Tem pouca teoria”. Escrever sem (des)montar o próprio corpo, escrever sem confluência, esquivar-se da afetação e da composição, blindar-se em teorias, especialmente as eurocêntricas, é efeito direto da modelagem de uma escritura morta, morna, mortífera.

Com o próprio corpo, tatuar uma escrita, escrever com e no corpo, entrever-se e inscrever-se é abrir fissura para a vida narrada girar numa ciranda de *dizências* moventes, desenhada feito horizonte em palavras. O corpo em jogo, em gíngua, em queda, em voo, em conflito, em perigo, em risco, em luta; corpo, que feito flecha, pode passar pela escrita, e dar passagem: corpo pele do mundo, composição de mundos, ponto de encontro e negociação entre mundos heterogêneos. Utilizar da palavra tal qual o galho de árvore para fazer uma flecha, reconhecer a vida de onde veio o galho, do próprio galho, escutá-lo dizer como afiá-lo de maneira a ser uma flecha afiada e certa. Escrita que aprende com Oxossi, o caçador de uma flecha só; com ela, caça alegrias e alegria é sempre compartilhada. A alegria de Oxossi é compartilhar sua caça, sua comida. Que as palavras que cacemos possam ser alimento para uma vida alegre em expansão e confluência.

Escrever sem perder de vista de onde veio. Assim, falamos em análise de implicação não como um modo específico de fazer pesquisa, mas como trajeto ético: não mais proteger o corpo-pesquisadora da afetação e do assumir posição diante do mundo em que habita, coletivizar sentidos e cruzamentos que nos posicionam neste tempo-espço. Compor um corpo poroso aos encontros com o oxigênio, as palavras abundantes, às forças do mundo. “Pesquisar talvez seja mesmo ir por dentro da chuva, pelo meio de um oceano, sem guarda-chuva, sem barco. [...] é experimentar, arriscar-se, deixar-se perder. No meio do caminho, irrompem muitos universos díspares provocadores de perplexidade, surpresas” (Meyer; Paraíso, 2012, p. 279).

Pode uma escrita acadêmica gesticular, ritualizar, escutar encantados, desenhar imaginários vivos, incorporados de oralidade? Pode uma escrita acadêmica alucinar, transitar nos tempos, dialogar não só com humanos, cultivar olhos que não os adestrados pela realidade ditada pelo colonizador? Escrever de pés descalços, escrever fazendo da chuva um banho, escrever ouvindo a língua dos passarinhos, escrever sob os efeitos da medicina do *pawi*, escrever mergulhando em memórias que correm nas veias e pulsam nas artérias, aquém e para além do corpo que acreditamos habitar, escrever em composição, escrever olhando de frente aterrorizadas com o corpo colonizado e colonizador que nos habita. Se algo há de morrer de morte matada é este corpo.

Escrever (des)montando o corpo. A colonialidade é o mercúrio no sangue, o veneno dos transgênicos, é o nosso próprio corpo e suas palavras. Mas insistimos, inscrevendo vidas que se movem no entre e para além da pele. Escrita-cobra, pele que se rasga e se confunde com a lama, a terra, os cantos, o vento, a água, os tempos. Como afirmava cotidianamente Maria Stella de Azevedo Santos (2010), Mãe Stella de Oxossi, nossa Ode Kaiodê, ancestral do Ilê Axé Opô Afonjá, “nosso tempo é agora”.

‘Reflorestar para restar a flor’¹⁶

¹⁶ Composição de Tiganá Santana, Guilherme Held e Mariana Aydar, no CD “Cavaleiro selvagem” de 2018.



No posfácio de “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”, Viveiros de Castro retoma uma fala de Krenak (2020, p. 81) com a qual iniciamos o fechamento desse texto, mantendo aberto seu problema: “nós, os povos indígenas, estamos resistindo ao ‘humanismo’ mortífero do Ocidente há cinco séculos. Estamos preocupados agora é com vocês brancos, que não sabemos se conseguiremos resistir!”. Conseguiremos?

Flores fazem um motim suave. Desejam restar, seguir florindo. As águas das profundezas fazem redemoinho, tamanha a correnteza, elas vêm de todas as direções e se encontram em toda potência. Podaram-nos, mexeram em nossas águas, sem saber que são povoadas. As *cantações* que aqui se fizeram presença são pontos de confluência, maloca, bando, matilha, manada, cardume. Elas fazem do (in)comum uma habitação de indignação e revolta, de quando recuar não é mais opção, nem o agir ressentido. Nossas gargantas e nossas palavras já não são mais gaiolas. De bocas abertas, passarinhos entoam um grito contra a guerra e a matança em curso. São cantos de dor, mas eles saem em bando, isso é uma alegria. Ali as águas do céu que continuava a chover, nos carregavam junto, numa confluência de sons. É que a gente combinou de fazer cantoria, não em aliança – casório e matrimônio é empreendimento (des)envolvimentista e privatista -, mas em confluência. Em toda potência que cada uma pôde e pode ainda acessar. É que “não desistimos nem de construir mundos, nem de atacar este. [...] Quando interrogamos aquilo que vivemos, vemos, sentimos, percebemos. [...] É aí que nos encontramos, é aí que fazemos verdadeiros amigos” (Comitê Invisível, 2016, p. 12).

Nessa guerra que a política acadêmica continua, nossas estratégias são outras: a da confluência, a da colaboração, a da suavidade, a de uma poética que ainda sonha com outras composições de mundo, mais heterogêneas. Não vamos mudar o mundo, mas podemos mudar de ver e de sentir, ampliar nosso horizonte, cantar nossos reisados, cachimbar, avistar nossas Miabas, habitá-las, passarinhar palavras com sotaque e cheiro de gente da nossa gente. Sonhamos com o tempo da delicadeza, em que deviremos-flores. “Quem, nessa floresta de aflição, não traz seu próprio fim, sem ser a flor jamais. Reflorestar é pra restar a flor”. Mas, se num sinal de rosais, a flor morre demais, entoemos *cantações*, cânticos de reflorestamento. Reflorestar, devir-flor-floresta-selvagem.

Para seguirmos, uma convocação feita Elionice Sacramento¹⁷, diretamente para as pessoas brancas, chamamento para resistência a um confronto com a polícia na ocasião da VII Jornada de Agroecologia da Teia dos Povos¹⁸: “A polícia tem mais dificuldade de bater em branco. A gente tem dito que não basta se dizer antirracista, a gente precisa efetivamente ter atitudes antirracistas. Está convocando que os brancos dessa plenária que se dizem antirracistas se posicionem na frente dessa fileira”. Brancas, quem vem junto para a frente dessa fileira?

Referências

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO, Nego. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

¹⁷ Mulher preta, pescadora, militante do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bahia (MPP/BA), integra a Articulação Nacional de Mulheres pescadoras, mestra em desenvolvimento sustentável pela Universidade de Brasília (UNB). Ela é uma das lideranças da comunidade Pesqueira e, junto com sua comunidade Quilombola Conceição de Salinas, recebeu os participantes da VII Jornada.

¹⁸ A Teia dos Povos é uma articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas. Extrativistas, ribeirinhos, povos originários, quilombolas, periféricos, sem terra, sem teto e pequenos agricultores juntam-se, como núcleos de base e elos, nessa composição com o objetivo de formular caminhos para uma resistência e autonomia coletiva, ou seja, construir uma rede de articulações solidárias preta, indígena, popular.



- BISPO, Nego. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 12, p. 44 - 51, 2018.
- BLASER, M. Uma outra cosmopolítica é possível? **R@U**, v. 10, n. 2, p. 14-42, jul./dez. 2018.
- BRUM, Eliane. **Banzeiro Òkòtò**: uma viagem à Amazônia centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- KRENAK, Airton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das letras, 2020a.
- KRENAK, Airton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.
- MARTINS, Leda Maria. **Performance do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy (Orgs.). Introdução. *In*: MEYER, Dagmar. **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.
- MIGNOLO, W. Colonialidade - o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.
- NARBY, J. **A serpente cósmica**: o DNA e a origem do saber. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2018.
- NARBY, J. **Plantas mestras**: tabaco e ayahuasca. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2022.
- NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **Revista ClimaCom**, ano 8, n. 21, 2021.
- PATAXÓ, Japira. **Saberes dos Matos Pataxó**. Organização Ana Boross Queiroga Belizário, Victor André Martins Miranda. – Belo Horizonte, MG: Teia dos povos: Piseagrama, 2022.
- RIBAS, Cristina. **Feminismos Bastardos. Feminismos Tardios**. São Paulo: N-1 edições. 2019.
- SANTOS, Maria Stella de Azevedo. **Meu Tempo é Agora**. 2. ed, v. 1, Salvador, BA: Assembleia Legislativa da Bahia, 2010.
- VEIGA, Cynthia. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, 2002.

